

**DANIEL LANNES**

*Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) na Linha de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento. Advogado.*

# **LEGALIDADE TRIBUTÁRIA**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, primavera de 2018  
[quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

**DANIEL LANNES**

*Legalidade Tributária*

São Paulo: Quartier Latin, 2018.

ISBN 85-7674-958-0

1. Legalidade Tributária. 2. Normativa Tributária. 3. Modulação.  
4. Praticidade. 5. Extrafiscalidade. I. Título

*Editor*

Vinicius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Antonio Marcos Cavalheiro

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

*Whatsapp:* +55 11 9 9431 1922

*Email:* quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização/ou recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	7
Apresentação .....	11
Prefácio.....	13
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	21

### Introdução, 23

I. Apresentação do Tema .....	23
II. Propósito da pesquisa e justificativa .....	26
III. Estrutura da pesquisa .....	28

### 1. Noções Preliminares, 33

1.1. Estado de Direito.....	35
1.2. Separação de poderes .....	47
1.3. Segurança jurídica, o fenômeno normativo e o papel da lei .....	54
1.3.1. Segurança jurídica.....	55
1.3.2. A legalidade no Direito Público.....	60
1.3.3. Delegação normativa, Administração Pública e o grau de densidade normativa da lei .....	72
1.4. As premissas jusfilosóficas.....	78

### 2. A Legalidade Tributária, 85

2.1. Panorama histórico .....	87
2.2. A legalidade tributária na Constituição de 1988.....	99
2.3. Primeira perspectiva: a tipicidade fechada.....	102
2.4. Segunda perspectiva: a determinação conceitual.....	108
2.4.1. A redefinição das categorias que expressam a abertura da linguagem .....	109
2.4.2. Qual categoria é mais adequada ao Direito Tributário: tipos ou conceitos determinados?.....	115
2.5. Terceira perspectiva: a textura aberta do Direito. Debates em torno das noções de tipo, conceitos indeterminados e cláusulas gerais .....	119
2.5.1. O papel do regulamento no Direito Tributário.....	127
2.6. Quarta perspectiva: a indeterminação da linguagem como ponto de partida .....	131
2.6.1. A vedação à delegação natural e o papel do regulamento nesse contexto.....	141
2.7. Quinta perspectiva: a delegação intencional.....	146

### **3. O Modelo de Delegação Normativa Tributária Adotado pela Constituição da República de 1988, 155**

3.1. O modelo de delegação normativa tributária expressamente adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil .....	157
3.2. O modelo de delegação normativa tributária implicitamente adotado pela Constituição da República Federativa do Brasil .....	168
3.2.1. Primeira corrente: proibição de alteração de alíquotas pelo Poder Executivo .....	169
3.2.2. Segunda corrente: pela possibilidade de delegação, ao Poder Executivo, da alteração de alíquotas dos demais tributos .....	175
3.3. A posição da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	192
3.3.1. O caso SAT .....	192
3.3.2. Ações diretas de inconstitucionalidade nº 4.697 e nº 4.762 .....	195
3.3.3. Recurso extraordinário nº 704.292.....	206
3.3.4. Recurso extraordinário nº 838.284.....	211
3.3.5. Análise crítica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal .....	219

### **4. Critérios para a Delegação Normativa em Matéria Tributária, 227**

4.1. Atualização de valores nominais dos tributos.....	231
4.2. Combate às desigualdades regionais .....	235
4.3. Praticidade (ou praticabilidade) .....	236
4.4. Extrafiscalidade.....	239
4.5. Promoção de outros princípios constitucionais: os exemplos da proporcionalidade e vedação ao confisco.....	244

### **5. A Modulação de Alíquotas na Jurisprudência. Questões a Serem Resolvidas, 253**

5.1. O Fator Acidentário de Prevenção (FAP) – art. 10 da Lei nº 10.666/2003 .....	256
5.2. A fixação de alíquotas do PIS/COFINS sobre receitas financeiras por meio de decreto – parágrafo 2º do artigo 27 da Lei 10.865/2004, Decretos nº 5.164/2004 e 8.426/2015 .....	261
5.3. A fixação de alíquotas do PIS/COFINS sobre combustíveis – art. 23, <i>caput</i> , e § 5º, da Lei nº 10.865/2004, e no art. 5º, § 8º, da Lei nº 9.718/1998.....	269

**Conclusão, 275**

**Referências, 287**